



SENADO FEDERAL
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen
Coordenação de Atendimento – COATEN
Serviço de Apoio Administrativo da Coaten - SEAATE

Despacho nº 18/2025 – SEAATE

Processo nº 00200.021715/2024-25

Em 25 de abril de 2025

Coordenação de Apoio Técnico a Contratações - COATC

Em atendimento ao Ofício nº 287/2025 – COATC/SADCON, informamos que as respostas aos questionamentos apresentados encontram-se anexadas a este despacho.

Comunicamos, ainda, que o Termo de Referência (TR) atualizado, com as alterações solicitadas e respectivas marcações, bem como a tabela comparativa das alterações, foram enviados em formato editável (.docx) para o e-mail informado.

Ademais, informamos que o Termo de Referência sem marcações de revisão foi devidamente anexado aos autos do processo, sob o NUP 00100.073243/2025-03.

O órgão técnico analisou as minutas encaminhadas e considera que estão adequadas, em conformidade com o Termo de Referência e com os requisitos técnicos estabelecidos para a contratação pretendida.

Ante o exposto, encaminhamos o presente processo para continuidade da instrução processual.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Fernando Rodrigues Ferreira

Chefe de serviço SEMOTI /COATEN/PRDSTI/DGER



Nota	Item do TR Alterado	Ajuste realizado	Justificativa
<p>(NOTA ao órgão técnico 1: pergunta-se ao órgão técnico, se quando da elaboração do Termo de Referência, observou-se a recomendação constante do art. 5º, § 6º do Anexo III do ADG nº 14 de 2022. Caso haja qualquer alteração, o Termo de Referência deverá ser ajustado, com as devidas marcações de alterações.)</p>	(sem alterações)	(sem alterações)	<p>O Órgão Técnico entende que, durante a elaboração do Termo de Referência referente à contratação da nova plataforma da Livraria Virtual do Senado, foram devidamente observadas, quando aplicáveis, as disposições constantes da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, conforme estabelece o art. 5º, § 6º do Anexo III do ADG nº 14/2022.</p> <p>A contratação foi estruturada com base em uma solução do tipo SaaS (Software como Serviço), em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência administrativa e aderência às práticas de governança digital. O Termo de Referência apresenta especificações técnicas completas, contemplando requisitos funcionais e não funcionais, critérios de segurança da informação, usabilidade, suporte técnico, elementos necessários e parâmetros de integração com os sistemas externos.</p> <p>O documento também prevê mecanismos de sustentação da solução, incluindo suporte técnico continuado, controle de estoques, emissão de relatórios gerenciais e utilização de ferramentas de monitoramento, em consonância com os preceitos da referida Instrução Normativa. Ademais, foi incluído o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante do Anexo VI, como forma de garantir a avaliação da efetividade da contratação ao longo de sua execução.</p>



			<p>Importa destacar que a elaboração do Termo de Referência levou em conta os aprendizados decorrentes da execução contratual anterior, de modo a fundamentar tecnicamente a necessidade de uma nova contratação mais robusta e alinhada às reais demandas da Administração. Dessa forma, o Órgão Técnico considera que o Termo de Referência encontra-se em conformidade com as diretrizes normativas aplicáveis, atendendo ao previsto no ADG nº 14/2022 e na Lei nº 14.133/2021.</p>
<p>(NOTA ao órgão técnico 2: Consta nos autos versão preliminar do Mapa de Riscos (00100.223371/2024-15), no entanto, entende-se recomendável avaliar a necessidade de atualização do documento com as informações levantadas no curso do planejamento da contratação em tela, mormente quanto aos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, em cumprimento ao inciso X, do art. 18, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 15, ADG nº 14/22, ou apresentar justificativa para sua desnecessidade, consoante reiteradas recomendações da ADVOSF.)</p>	(sem alterações)	(sem alterações)	<p>O mapa de riscos definitivo está no processo: NUP 00100.055015/2025-43.</p>
<p>(NOTA ao órgão técnico 3: pede-se ao órgão técnico para ratificar a inclusão do termo destacado acima. Caso haja concordância, o ajuste deverá constar do TR.)</p>	<p>Início em até 15 dias corridos após a respectiva OS. Conclusão em até 15 dias úteis após o início. (p. 4)</p>	<p>Início em até 15 dias corridos após o <u>recebimento da</u> respectiva OS. Conclusão em até 15 dias úteis após o início.</p>	<p>Item ajustado.</p>
<p>(NOTA ao órgão técnico 4: conforme art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, é necessária motivação circunstanciada das exigências de qualificação técnica. No TR constam apenas as exigências, mas a justificativa para os critérios <u>itativos e qualitativos</u> adotados para</p>	(item novo)	<p>3.2.2.2. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica decorre da complexidade do objeto contratado, que envolve uma solução de e-commerce com significativa demanda de acesso simultâneo, integração tecnológica com sistemas de pagamento e logística, e</p>	<p>Motivação e justificativas inseridas no item 3.2.2.2 e subitem.</p>



sua definição. Solicita-se ao órgão técnico a inserção destas informações no TR.)		manipulação de dados sensíveis de usuários. A operação da Livraria Virtual do Senado Federal exige um nível elevado de segurança da informação, estabilidade de plataforma e eficiência nos processos de comercialização eletrônica, sob pena de grave prejuízo à imagem institucional, riscos de responsabilidade civil e exposição de dados pessoais e financeiros. 3.2.2.2.1. Os critérios quantitativos adotados — tais como o volume de acessos mensais (superior a 5.000), a média mensal de vendas (R\$ 80.000,00), e a exigência de infraestrutura SaaS — refletem o patamar atual da operação da Livraria, sendo o valor requerido correspondente a 50% da média de faturamento atualmente registrada. Esses parâmetros foram definidos com base em dados operacionais e buscam garantir a compatibilidade entre as experiências anteriores da licitante e a demanda da contratação, de modo a mitigar riscos de desempenho e assegurar a continuidade dos serviços com qualidade e segurança. Tais exigências são, portanto, proporcionais e razoáveis frente ao objeto contratado, não restringem injustificadamente a competitividade e visam proteger o interesse público, assegurando que somente empresas com experiência comprovada em operações de porte equivalente possam ser contratadas para este serviço.	
(NOTA ao órgão técnico 5: pede-se ao órgão técnico escrever por extenso a sigla destacada acima. A informação deverá constar do TR.)	a.1) O atestado deve ser fornecido por clientes com operações de porte similar, e a licitante deverá apresentar documentos complementares, como relatórios financeiros, notas fiscais, comprovação de volume de acessos, clientes	a.1) O atestado deve ser fornecido por clientes com operações de porte similar, e a licitante deverá apresentar documentos complementares, como relatórios financeiros, notas fiscais, comprovação de volume de acessos, clientes	Item ajustado. Entretanto a recomendação nº 4 da COPEL recomenda a exclusão deste subitem. Em outros itens do TR que citam a sigla foram incluídos o significado da sigla.



	cadastrados, volume de pedidos faturados (sem necessidade de constar valores) e comprovação desenvolvimento de e-commerce com gestão de estoque, integração logística com os Correios por meio de APIs, para confirmar a capacidade técnica mencionada.	cadastrados, volume de pedidos faturados (sem necessidade de constar valores) e comprovação desenvolvimento de e-commerce com gestão de estoque, integração logística com os Correios por meio de <u>interfaces de programação de aplicações (Application Programming Interfaces – APIs)</u> , para confirmar a capacidade técnica mencionada.	
(NOTA ao órgão técnico 6: quanto à unidade de medida informada para o item “treinamento”, pede-se ao órgão técnico para verificar se está correta, pois salvo melhor juízo, “treinamento” é um serviço. Caso haja alteração, o TR deverá ser ajustado.)	(sem alterações)	(sem alterações)	Embora a utilização da unidade de medida “Unidade” para serviços de treinamento não seja a mais comum, o Órgão Técnico entende que, no caso em tela, ela se mostra adequada e suficiente. Isso porque o Termo de Referência apresenta, em seções específicas, as informações detalhadas sobre o escopo, a carga horária, o conteúdo programático e a forma de execução e avaliação do treinamento, permitindo o pleno entendimento do serviço a ser prestado. Além disso, a pesquisa de preços realizada junto ao mercado demonstrou que os fornecedores compreenderam corretamente o objeto e foram capazes de apresentar propostas compatíveis com a unidade definida. Diante disso, o Órgão Técnico entende não haver necessidade de alteração da unidade de medida adotada.
(NOTA ao órgão técnico 7: vide comentário constante da NOTA 3.)	Início em até 15 dias corridos após a respectiva OS. Conclusão em até 15 dias úteis após o início. (p. 4)	Início em até 15 dias corridos após o <u>recebimento da</u> respectiva OS. Conclusão em até 15 dias úteis após o início.	Item ajustado.
(NOTA ao órgão técnico 8: solicita-se a reavaliação dos prazos estabelecidos nos subitens 8.1.1 e 8.1.2 do Termo de Referência (TR), conforme destacados arágrafos anteriores. É importante s prazos sejam compatíveis entre si.	8.1.1. A primeira Ordem de Serviço será emitida e entregue à CONTRATADA em até 2 dias úteis a partir da data de assinatura do contrato.	8.1.1. A primeira Ordem de Serviço será emitida e entregue à CONTRATADA em até 2 dias úteis a partir da <u>reunião de orientação e briefing (Etapa B)</u> .	Item corrigido. Por se tratar de objeto complexo com várias entregas e pontos de controle os prazos de execução constam na Tabela 1, item 6.1.



Por exemplo, se uma reunião de alinhamento está prevista para ocorrer em até 5 dias após a assinatura do contrato, e a emissão da Ordem de Serviço (OS) está programada para até 2 dias úteis após a mesma assinatura, antes, portanto da reunião de alinhamento inicial, entende-se, salvo melhor juízo, que esses prazos necessitam de ajustes. Caso haja qualquer alteração, o TR deverá ser atualizado adequadamente.)			
(NOTA ao órgão técnico 9: Vide comentário constante da NOTA 3.)	Início em até 15 dias corridos após a respectiva OS. Conclusão em até 15 dias úteis após o início. (p. 4)	Início em até 15 dias corridos após o <u>recebimento da</u> respectiva OS. Conclusão em até 15 dias úteis após o início.	Item ajustado.
(NOTA ao órgão técnico 10: pede-se ao órgão técnico para informar o endereço completo, com o nome da secretaria, o respectivo bloco. A informação deverá constar do TR.)	8.4.14.4. O suporte técnico será realizado remotamente e, no caso de necessidade de comparecimento às instalações da contratante, o local será nas dependências do SENADO FEDERAL (VIA N2, CEP 70165-900, BRASÍLIA, DF).	8.4.14.4. O suporte técnico será realizado remotamente e, no caso de necessidade de comparecimento às instalações da contratante, o local será nas dependências do SENADO FEDERAL (VIA N2, Bloco 01, Ala D, PRDSTI/COATEN , CEP 70165-900, BRASÍLIA, DF).	Item ajustado.
(NOTA ao órgão técnico 11: pede-se ao órgão técnico para ratificar as inclusões destacadas acima relativas à base de cálculo das faixas de ajustes no pagamento. Caso haja concordância, o TR deverá ser ajustado.)	Disponibilidade $\geq 99,90\%$ – 0% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 99,90\%$ e $\geq 99,00\%$ – 2% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 99,00\%$ e $\geq 98,00\%$ – 4% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 98,00\%$ e $\geq 97,00\%$ – 6% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 97,00\%$ e $\geq 96,00\%$ – 8% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 96,00\%$ e $\geq 95,00\%$ – 10% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 95,00\%$ e $\geq 94,00\%$ – 14% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 94,00\%$ e $\geq 93,00\%$ – 18% de glosa do valor mensal. Disponibilidade $< 93,00\%$ e $\geq 92,00\%$ – 22% de glosa do valor mensal.	Disponibilidade $\geq 99,90\%$ – 0% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 99,90\%$ e $\geq 99,00\%$ – 2% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 99,00\%$ e $\geq 98,00\%$ – 4% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 98,00\%$ e $\geq 97,00\%$ – 6% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 97,00\%$ e $\geq 96,00\%$ – 8% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 96,00\%$ e $\geq 95,00\%$ – 10% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 95,00\%$ e $\geq 94,00\%$ – 14% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 94,00\%$ e $\geq 93,00\%$ – 18% de glosa do valor mensal do item 3 . Disponibilidade $< 93,00\%$ e $\geq 92,00\%$ – 22% de glosa do valor mensal do item 3 .	Itens ajustados.



	<p>Disponibilidade < 92,00% e \geq 90,00% – 26% de glosa do valor mensal.</p> <p>Disponibilidade < 90,00% – 30% de glosa do valor mensal.</p> <p>(...)</p> <p>Início da prestação do serviço referente ao item 3, conforme item 6.1.</p> <p>(...)</p> <p>Gravidade Alta: Aplica-se uma penalidade de 1% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução.</p> <p>Gravidade Média: Aplica-se uma penalidade de 0,5% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução.</p> <p>Gravidade Baixa: Aplica-se uma penalidade de 0,3% por hora de atraso, seja para atendimento ou solução.</p>	<p>Disponibilidade < 92,00% e \geq 90,00% – 26% de glosa do valor mensal do item 3.</p> <p>Disponibilidade < 90,00% – 30% de glosa do valor mensal do item 3.</p> <p>(...)</p> <p>Início da prestação do serviço referente ao item 3, conforme item 6.1, Tabela 1 - Prazos de execução.</p> <p>(...)</p> <p>Gravidade Alta: Aplica-se um ajuste de 1% (um por cento) do valor mensal para o Item 3, por hora de atraso, seja para atendimento ou solução.</p> <p>Gravidade Média: Aplica-se um ajuste de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal para o Item 3, por hora de atraso, seja para atendimento ou solução.</p> <p>Gravidade Baixa: Aplica-se um ajuste de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor mensal para o Item 3, por hora de atraso, seja para atendimento ou solução.</p>	
(NOTA ao órgão técnico 12: pede-se ao órgão técnico para informar qual será o limite máximo de aplicação de glosas, sendo que após ultrapassado esse limite, poderão ser aplicadas penalidades. A informação deverá constar do TR.)	(item novo)	12.2. Ultrapassado o limite de glosas de 30% sobre o valor mensal do Item 3, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato.	Inserido item 12.2 sobre o limite de glosas.
(NOTA ao órgão técnico 13: pede-se ao órgão técnico para ajustar a base de cálculo da garantia contratual para incidir sobre o valor anual do contrato e não sobre o valor total (global) da contratação, conforme art. 98, Parágrafo , da Lei nº 14.133/2021.1)	15.2. A garantia deverá ser prestada no percentual de 10 % (dez por cento) do valor global do contrato decorrente deste TR.	15.2. A garantia deverá ser prestada no percentual de 10 % (dez por cento) do valor anual do contrato decorrente deste TR.	Base de cálculo da garantia ajustada para valor anual.



(NOTA ao órgão técnico 14: pede-se ao órgão técnico para ratificar a informação destacada acima quanto ao significado das siglas SERMAN e SELIVR.)	(sem alterações)	(sem alterações)	As siglas estão corretas. SERMAN: Serviço de Relacionamento Com Mantenedores SELIVR: Serviço de Livraria
(NOTA ao órgão técnico 15: pede-se ao órgão técnico para incluir remissão ao art. 106 da Lei nº 14.133/2021, no subitem 4.2.1 do TR, visto que o item 3 tem vigência inicial superior a 12 meses.)	4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá o início de sua vigência a partir da data de assinatura e duração de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos contados a partir do início da prestação do serviço do item 3, podendo somente o item 3 ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.	4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá o início de sua vigência a partir da data de assinatura e duração de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos contados a partir do início da prestação do serviço do item 3, podendo somente o item 3 ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.	Item ajustado.
Recomendação COPEL nº 1. Consoante o disposto no art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021 e art. 8º, II, do Anexo III do ADG nº 14/2022, apesar da justificativa constante do item 3.2.2 do T.R, faz-se necessário que o órgão técnico complemente as justificativas para as exigências de qualificação técnica contidas no item 4.2 do TR. Ademais, conforme exige o art. 8º, §5º, do Anexo III do ADG nº 14/2022, a fundamentação da capacidade técnica deve conter os seguintes elementos: I – indicação justificada das parcelas de maior relevância e valor significativo; II – justificativa para a fixação de padrões de desempenho mínimos (requisitos qualitativo e temporais); III – justificativa para a fixação de quantitativos mínimos a serem comprovados; IV – justificativa para a vedação de somatório de atestados, se for o caso.	(itens novos)	3.2.2.2. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica decorre da complexidade do objeto contratado, que envolve uma solução de e-commerce com significativa demanda de acesso simultâneo, integração tecnológica com sistemas de pagamento e logística, e manipulação de dados sensíveis de usuários. A operação da Livraria Virtual do Senado Federal exige um nível elevado de segurança da informação, estabilidade de plataforma e eficiência nos processos de comercialização eletrônica, sob pena de grave prejuízo à imagem institucional, riscos de responsabilidade civil e exposição de dados pessoais e financeiros. 3.2.2.2.1. Os critérios quantitativos adotados — tais como o volume de acessos mensais (superior a 5.000), a média mensal de vendas (R\$ 80.000,00), e a exigência de infraestrutura SaaS — refletem o patamar atual da operação da Livraria, sendo o valor requerido correspondente a 50% da média de faturamento atualmente registrada. Esses	Justificativas para as exigências de qualificação técnica foram complementadas nos itens 3.2.2.2 e subitens.



		parâmetros foram definidos com base em dados operacionais e buscam garantir a compatibilidade entre as experiências anteriores da licitante e a demanda da contratação, de modo a mitigar riscos de desempenho e assegurar a continuidade dos serviços com qualidade e segurança. Tais exigências são, portanto, proporcionais e razoáveis frente ao objeto contratado, não restringem injustificadamente a competitividade e visam proteger o interesse público, assegurando que somente empresas com experiência comprovada em operações de porte equivalente possam ser contratadas para este serviço.	
Recomendação COPEL nº 2. No que se refere ao item 11.1 da minuta de edital, recomenda-se que o órgão técnico avalie se o prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis atribuído às licitantes para o fornecimento do ambiente controlado para a realização dos testes exigidos pela POC de fato é necessário. Observou-se que, na contratação anterior do mesmo objeto, o prazo concedido foi de até 6 (seis) dias úteis.	(sem alterações)	(sem alterações)	O prazo de 20 (vinte) dias úteis para o fornecimento do ambiente controlado destinado à realização dos testes da POC foi definido após análise conjunta com a área requisitante, com base na experiência adquirida na contratação anterior. Essa ampliação do prazo foi identificada como uma melhoria necessária, especialmente para assegurar que as licitantes tenham condições adequadas para demonstrar de forma mais abrangente e aprofundada as funcionalidades e as características do software ofertado.
Recomendação COPEL nº 3. Com respeito ao item 12.3.1, alínea “a” da minuta de edital, verificou-se que a exigência de “volume de vendas médio de R\$ 80.000,00 por mês” foi adicionada à redação utilizada na contratação anterior, realizada por meio do PE 68/2023. Recomenda-se que o órgão técnico avalie se é de fato essencial a experiência anterior a ser provada a um valor médio mensal de	(sem alterações)	(sem alterações)	Este item também foi uma sugestão de melhoria em relação à contratação anterior e uma sugestão da área requisitante. A justificativa da necessidade deste pedido e dos valores se encontra no item 3.2.2.2.1 do TR.



<p>vendas e, em caso positivo, que se registre no T.R. justificativa robusta para a fixação desse valor, tendo em vista que a redação dos requisitos de capacidade técnica já estabeleceu um quantitativo mínimo de acessos por mês, além da posterior realização de POC para completa avaliação do sistema. Caso não se trate de exigência essencial, recomenda-se a supressão do referido trecho.</p>			
<p>Recomendação COPEL nº 4. Ainda no que se refere ao item 12.3.1 da minuta de edital, mas tratando agora da alínea a.1, recomenda-se a supressão do referido dispositivo, tendo em vista que a alínea “c” do mesmo item já prevê a disponibilização de “todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados”. Adicionalmente, no que se refere ao trecho inicial, que estabelece que “o atestado deverá ser fornecido por clientes com operações de porte similar” trata-se de requisito cuja avaliação que carece de elementos objetivos para sua avaliação, além de exceder o âmbito da descrição da experiência prévia que necessita ser comprovada, chegando a envolver a análise do porte das operações desenvolvidas pela instituição emitente do atestado. Considera-se, assim, que exigência extrapola a previsão ante do Art. 67 da Lei nº</p>	<p>a.1) O atestado deve ser fornecido por clientes com operações de porte similar, e a licitante deverá apresentar documentos complementares, como relatórios financeiros, notas fiscais, comprovação de volume de acessos, clientes cadastrados, volume de pedidos faturados (sem necessidade de constar valores) e comprovação desenvolvimento de e-commerce com gestão de estoque, integração logística com os Correios por meio de interfaces de programação de aplicações (Application Programming Interfaces – APIs), para confirmar a capacidade técnica mencionada.</p>	<p>(item removido)</p>	<p>Item removido.</p>



14.133/2021, ao dispor sobre características da empresa que emitiu o atestado, além da empresa licitante.			
Recomendação COPEL nº 5. No que diz respeito ao CATSER indicado no Anexo 1 da minuta de edital, embora o código se encontre ativo e guarde relação com o objeto da licitação, cumpre registrar que a unidade disponível no sistema para o código (unidade) não coincide com aquela constante do Anexo 1 da minuta de edital (Assinatura). Assim, com o intuito de evitar eventuais equívocos por parte das licitantes, recomenda-se acrescentar no Anexo 1 (Termo de Referência), mais especificamente abaixo da tabela informativa de quantidades e preços estimados, a seguinte observação: “Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverá ser considerada a unidade de medida informada na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital”.	(item novo)	Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverá ser considerada a unidade de medida informada na tabela acima.	Texto sugerido incluído abaixo das tabelas dos Anexos I e II.
Recomendação COPEL nº 6. Solicitamos à COATC que consolide todas as informações dos itens (unidade, descrição, valor, CATMAT/CARSER) em uma única tabela, a fim facilitar o lançamento dos itens no sistema Compras.gov.br e evitar possíveis erros.	(sem alterações)	(sem alterações)	As tabelas dos Anexos I e II possuem as informações solicitadas. A consolidação das informações das duas tabelas é apresentada logo abaixo desta tabela.



Tabelas Consolidadas (Anexos I e II do TR)

Item	Descrição resumida	Quantidade	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	CATMAT / CATSER
1	Serviço de Implantação de solução de e-commerce de Livraria Virtual	1	Unidade	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	26972
2	Serviço de treinamento operacional para uso da solução	1	Unidade	R\$ 12.460,00	R\$ 12.460,00	3840
3	Serviço de solução para e-commerce, com manutenção, suporte operacional e atualização da plataforma.	24	Mês	R\$ 2.944,85	R\$ 70.676,40	27073

